



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0791/08	DATA: 03/06/2008
INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 15h49min	DURAÇÃO: 01h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h08min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão e votação do relatório final.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível  
Há falha na gravação.  
Há expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Boa tarde a todos.

São 14h40min. Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar causas, conseqüências e a responsabilidade pela morte de crianças indígenas por subnutrição.

Na Mesa, convido o eminente Relator-Geral, o Deputado Vicentinho Alves, e nosso Vice-Presidente João Magalhães.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 19ª Reunião, realizada em 28/05, e por isso pergunto se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Solicito a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

**DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Solicito dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Solicitação conjunta de dispensa de leitura.

Dispensada a leitura, ponho a Ata em discussão.

Recebo o Deputado Vicentinho.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

A presente reunião, nesta Ordem do dia, destina-se à discussão e votação do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os Srs. Parlamentares que desejam discutir a matéria deverão inscrever-se junto a essa Secretaria. Informo que o prazo para discussão da matéria é de 10 minutos, para os membros da Comissão e Líderes, e de 5 minutos para os Parlamentares que a ela não pertencem.

Esclareço que durante a discussão podem ser apresentadas sugestões ao relatório, que deverão ser analisadas pelo Sr. Relator.

Saliento ainda que não poderão haver destaques, senão aqueles aceitos apenas como destaques supressivos que incidam sobre as partes do relatório. Os requerimentos de destaques só poderão ser apresentados por membros da Comissão, e os de bancada, pelos Líderes. Os autores dos requerimentos deverão estar presentes no momento em que for anunciada a votação da matéria destacada.



Passo a palavra ao eminente Relator, Deputado Vicentinho Alves, e em seguida submeterei imediatamente o relatório a discussão.

Eu comunico que foi concedida vista conjunta a todos os Parlamentares que na sessão anterior estavam presentes na Comissão.

**(Não identificado)** - Estamos devolvendo a vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Vicentinho, para dar continuidade à discussão do relatório de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, amigos indígenas que se encontram presentes, do Estado do Mato Grosso do Sul. Especificamente, encontramos-nos lá em Dourados. Aliás, tive o prazer e a honra de recebê-los em nosso gabinete. Então, tanto lá no gabinete, como aqui, nesta Comissão, sejam todos bem-vindos.

O que nos traz aqui — nós já falamos na entrega do relatório — é o relatório. Todos os Parlamentares já o têm em mãos e conhecem naturalmente o seu teor.

Procuramos, mais para reafirmar, conduzir esse relatório buscando as deficiências, os problemas, e apontando soluções. É um relatório propositivo.

E para finalizar, para ser justo, deixei uma instituição de fora dos agradecimentos na sessão anterior, que foi a Polícia Federal. A Polícia Federal, Deputado Osmar, que nos recebeu bem em todos os Estados em que nós estivemos por este Brasil afora. Percebi que estava cometendo uma injustiça, Presidente, com a Polícia Federal.

No mais, agradeço aos colegas pela colaboração, pelo apoio, pelo bom relacionamento que nós tivemos no andar desta CPI, e particularmente a V.Exa., Presidente, pela forma como V.Exa. nos apoiou, confiou neste Parlamentar, para nomear-me Relator.

Ficam registrados meus agradecimentos e o reconhecimento a V.Exa. como um grande Presidente, um grande Parlamentar, um grande brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço a V.Exa. pela gentil e espontânea manifestação.

Em discussão a matéria.



Deputado José Guimarães. Depois, Deputado Geraldo Resende. O Deputado Marcio Junqueira também pediu. *(Pausa.)*

A lista está aqui. Chegou a lista agora.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu tinha pedido a V.Exa. e não fui atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa. tinha me pedido.

Deputado Marcio Junqueira, com a palavra o amigo.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Sr. Presidente, primeiramente, queríamos parabenizar o Sr. Relator, Deputado Vicentinho Alves, pelo excelente trabalho realizado, que demonstra alcançar e ter a visão da problemática por que passam hoje as comunidades indígenas neste País. Os povos indígenas têm sido sistematicamente usados como massa de manobra e — aqui, como vai ficar claro neste relatório — como instrumento de desvio de dinheiro público neste País.

O que observamos é que dentro desse relatório se encontram informações que devem ser imediatamente apuradas pela Polícia Federal. Temos que dar uma resposta à sociedade com a prisão e processos de devolução de recursos que foram nitidamente desviados por organizações não-governamentais. Mais grave ainda: fica claro nesse relatório que funcionários públicos da FUNASA, da FUNAI foram coniventes e aí, sim, podemos detectar, Deputado Cleber Verde, não a formação de uma quadrilha, mas de várias quadrilhas. *(Palmas.)* De várias quadrilhas que desviaram o dinheiro das comunidades indígenas. Absurdos, como aluguéis de 4 milhões em táxi. Isso é inadmissível, quando falta dinheiro para remédio dentro das malocas, dentro das aldeias.

Detecta-se aqui um verdadeiro disparate e falta de consciência. Muitas crianças, Deputado Edio Lopes, faleceram, morreram, pela ambição de pessoas inescrupulosas, pessoas que não dão valor à vida do ser humano.

Volto a parabenizar toda a Comissão, o Presidente Deputado Vital do Rêgo, que presta um serviço à Nação e, principalmente, à vida humana. Vital do Rêgo deu condições para que o Relator, para que a Comissão desenvolvesse os trabalhos. Portanto, fica registrado — nós, Deputados amazônidas, lá do Norte, onde temos as maiores concentrações de comunidades indígenas — o nosso agradecimento por



esse importante trabalho, mas também o alerta de que não podemos parar por aqui. Nós temos de passar este País a limpo. Não podemos mais aceitar que nós, aqui, Parlamentares sejamos constantemente bombardeados, atacados, por ineficiência, por não fiscalizarmos.

Este relatório demonstra que existem muitos — graças a Deus! — Parlamentares, Deputados e Deputadas, que têm compromisso com este País, que têm compromisso com o povo brasileiro.

Parabéns a toda Comissão!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Marcio Junqueira. As palavras de V.Exa. à Comissão só enaltecem, pelo conhecimento da causa que V.Exa. tem e que tão fortemente abraça.

Passo a palavra ao Deputado José Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós fizemos, nesses meses todos, ou pelo menos procuramos fazer, sob o comando de S.Exas. o nobre Presidente e especialmente o Relator, que teve que apresentar uma peça completa do que foi investigado e, principalmente, dos relatos, visitas e tudo o mais que a Comissão pôde fazer, esse trabalho que nós fizemos foi o suficiente para nós termos dimensão das medidas que precisam ser tomadas para, se não resolver, como bem disse, em certos depoimentos — eu me lembro bem da Procuradora, quando depôs aqui na nossa Comissão —, que são problemas estruturais e que provavelmente levaremos algum tempo para não só evitar a morte de crianças indígenas, mas, principalmente, para de fato nós termos um processo rápido de demarcação e de reconhecimento das comunidades indígenas como sendo comunidades que precisam do seu reconhecimento, da demarcação de suas terras, enfim.

Esse trabalho, Sr. Presidente, que nós fizemos e V.Exas. comandaram... E digo isso porque desde o primeiro momento nós acompanhamos. Se não me falha a memória, eu não me ausentei de nenhuma reunião desta Comissão. Apenas não participei das diligências e visitas que foram feitas, me parece, em 4 Estados da Federação, todas elas no sentido de dar mais elementos para que o Relator pudesse apresentar o seu trabalho.



Portanto, em primeiro lugar, isto: esta Comissão tem mesmo que elogiar o trabalho que o nobre Relator, Deputado Vicentinho Alves, patrocinou nesses meses todos e com muita responsabilidade. Muitas vezes com tempo e etc.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, sobre o mérito do trabalho, eu quero destacar e, principalmente, quando vejo comunidades indígenas aqui entre nós — e aproveito para saudar os que estão aqui neste momento —, dizer que as sugestões que V.Exa. apresentou no relatório... E essa me parece a grande contribuição e será o grande legado que esta Comissão deixará para o País, deixará para o Governo, deixará para as comunidades indígenas e, principalmente, deixará para esta Casa. Porque uma CPI, quando termina, como a nossa CPI não foi uma CPI que teve holofotes aqui todo dia, para se transformar no exibicionismo descabido, foi uma CPI que trabalhou bem, e aqui nós experimentamos o debate democrático de idéias e, muitas vezes, até divergentes, quando tivemos que debater determinados temas, esta Comissão vai deixar, principalmente no campo das sugestões, as melhores contribuições ao País e, principalmente, a esta Casa.

E eu me refiro especialmente ao Anexo 2, que tive a oportunidade de ler no final de semana... *(Falha na gravação.)* Refiro-me especialmente ao Anexo 2 do Relatório, porque aqui está estabelecido um conjunto de sugestões fundamentais, mais do que... Evidentemente, o relatório é amplo e identifica muitas das questões que o Deputado Marcio Junqueira acabou de elencar, mas este Relatório é substantivo, ele tem substância. Eu vou dizer uma expressão do Nordeste brasileiro: ele tem tutano, porque ele não foi feito apenas para satisfazer a um ou outro Deputado; foi feito para responder àquilo que é interesse do País, das comunidades indígenas, e à necessidade que temos de reformular as políticas na área tanto da FUNAI quanto da FUNASA, para que essas instituições cumpram eficientemente — e têm melhorado muito, porque nós ouvimos vários depoimentos, aqui, de representantes de outras instituições que deram depoimentos com relação ao trabalho que vêm sendo feito.

Mas eu queria destacar, principalmente, nobre Relator, até em homenagem a V.Exa., nortista como eu, nordestino, mas que temos uma identidade muito forte, principalmente na forma de postura e, principalmente, no diálogo que nós estabelecemos no processo de construção deste relatório.



Mas eu queria me referir, quando V.Exa. coloca no seu relatório que há necessidade de sugestões para envolver de forma participativa um novo modelo jurídico institucional, para melhorar o fluxo de trabalho, a estrutura organizacional e a revisão regimental dos procedimentos. Essa é uma questão fundamental.

Política de recursos humanos. E é muito importante, porque, também, na hora em que a gente discute essas questões, a gente também não leva em conta que este País precisa, principalmente para essas áreas, contratar mais servidor para poder fazer políticas públicas, porque sem esse servidor não tem como evitar esse repasse de recursos para, muitas vezes, entidades que não usam bem o recurso público. E V.Exa. identifica a necessidade de nós trabalharmos bem isso. Servidores do quadro efetivo, com formação superior, para exercer as atribuições compatíveis com a sua formação.

E por aí vai. Modelo de financiamento. V.Exa. propõe aqui a revisão do modelo de repasse, visando a evitar a fragmentação dos recursos e dar maior autonomia às unidades regionais na definição do orçamento disponibilizado, para atender bem às comunidades.

Revisar e definir fluxo de trabalho e de papéis das unidades e serviços. Isso é muito importante, nobre Relator, para que a gente possa, nessa parceria que nós estabelecemos aqui... E disse bem o Deputado Marcio Junqueira, quando fez referência ao relatório de V.Exa., que esse relatório, nobre Presidente, até em homenagem ao trabalho que esse grande Relator fez, pelo que está dentro dele — não sei se todos e todas levaram em conta o está escrito nessas tantas páginas que estão aqui —, nós deveríamos votar esse relatório por aclamação, porque ele é uma peça fundamental, inclusive para ajudar as comunidades indígenas deste País, pelo conjunto de sugestões (*palmas*) que ele fez e vai fazer, meu caro Ilderlei, à Câmara dos Deputados.

Muitas vezes, as CPIs terminam, Deputado Marcio, e nem sequer conseguem chegar a uma conclusão. E nós estamos chegando por conta do trabalho isento, participativo e, sobretudo, paciente que V.Exa. fez ao conduzir esse relatório numa questão tão sensível, tão importante de nós termos um conjunto de sugestões para ajudar na definição e, principalmente, numa definição mais clara e de um compromisso nosso com a causa indígena no nosso País.



Era só, Sr. Presidente.

Parabéns a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado José Guimarães.

Deputado Geraldo Resende. Depois o Deputado Ilderlei.

Deputado Waldir, está inscrito? Quer se inscrever? (*Pausa.*)

Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Primeiro, Sr. Presidente, dizer aqui da nossa satisfação de termos aqui, neste recinto, quando hoje nós estamos discutindo o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para averiguar e investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela morte de crianças indígenas por subnutrição, de 2005 a 2007, 18 capitães do Mato Grosso do Sul, principalmente de Dourados e de Amambai, que acompanham, nesta tarde de hoje, o desdobramento desse trabalho. Vieram aqui tratar de questões específicas da demanda deles da região, principalmente no tocante à FUNAI. E eu espero que eles saiam daqui vitoriosos.

Mas eu gostaria de dizer que li, no final desta semana, o relatório construído pelo Deputado Vicentinho Alves e confesso que fiquei muito feliz com o relatório que V.Exa. construiu com o apoio, aqui, do Deputado Vital do Rêgo Filho, que conduziu a bom termo esta CPI e com a participação do quadro de assessores desta Casa, que eu disse na época e repito aqui que é dos mais aparelhados e dos mais qualificados que existe hoje neste Parlamento. E gostaria de dizer que eu fico muito feliz porque até agora eu recordo quando da primeira reunião, a de instalação, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quando nós apontamos que muitas das questões elencadas na formulação da criação desta CPI já tinham sido pelo menos minoradas ou tinham avanços significativos. E o relatório comprova isso.

Não podemos jogar para o chão o que foi construído a partir da Comissão Externa que coordenamos em 2005 e que inclusive deu até munção para o Relator fazer várias cobranças que estão anunciadas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, tão bem conduzida na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, onde ouvimos a Relatora daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, e que





comprovam que avanços significativos houve desde 2005. Felizmente, temos vários indicadores apontando esse resultado.

Quero também dizer que, mesmo com as ações — e as ações precisam ter uma continuação —, nós ainda precisamos de vários avanços, e esses avanços estão acontecendo neste momento. Quando estávamos na Comissão Parlamentar de Inquérito, visitamos Mato Grosso do Sul, visitamos as aldeias de Jaguapiru e Bororó. E, logo depois da nossa visita, muitas das ações que estavam a necessitar de uma agilidade maior estão se concretizando. Eu estive ontem na reserva indígena de Dourados e está-se construindo a primeira vila olímpica do nosso País, fruto, talvez, inclusive da própria presença da Comissão Parlamentar, haja vista que há muito e muito tempo estavam aguardando o início dessa obra. Estivemos em Amambai — muitos dos indígenas que estão aqui são de Amambai —, e durante o processo da CPI foi inaugurada a CASAI, a Casa de Saúde Indígena, em Amambai, e algumas outras ações estão acontecendo, neste momento, em Amambai e, tenho certeza, em algumas outras reservas do Mato Grosso do Sul e talvez do País.

Quero acreditar que o relatório espelha aquilo que foi debatido. As várias visitas — a algumas delas não pude comparecer também, como no Acre, em Tocantins e no Maranhão. Mas quero crer que o relatório tenha mostrado isso.

Aqui está um trabalho que enaltece a Câmara dos Deputados, que enaltece os Deputados que prestaram esse grande papel, esse grande serviço e, certamente, o relatório, ao ser encaminhado a diversas repartições públicas a que temos obrigação de encaminhá-lo, vai servir de subsídio para que a gente possa comemorar, no dia de amanhã ou num futuro próximo, condições melhores para a nossa população, para a nossa população indígena.

Meus parabéns, Presidente; parabéns, Relator; parabéns a todas as entidades que V.Exa. já nominou aí que deram contribuição substantiva para a feitura deste grande trabalho.

Quero agradecer também à assessoria da Comissão.

Espero que tenhamos feito um trabalho para que no dia de amanhã a vida da população indígena no nosso País tenha melhorado significativamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Geraldo Resende.



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de passar uma sugestão, até para reforçar, acerca do papel da FUNASA e da FUNAI, que foi-me endereçado por...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sugestão ao relatório.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sugestões até para municiar o trabalho do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Gostaria de agradecer a V.Exa., Deputado Geraldo, e, em seu nome, agradecer a toda a bancada de Mato Grosso do Sul, na sua pessoa, na pessoa do Deputado Waldir, na pessoa do Deputado Biffi, do companheiro Dagoberto, que foram os grandes precursores desta discussão. Através do requerimento do Deputado Waldir e do Deputado Madeira, nós estamos podendo entregar ao País uma contribuição das mais valiosas. Agradeço o empenho que V.Exa. teve na construção deste relatório, ajudando com o sábio conhecimento de Parlamentar, de médico, de quem acompanhou por diversas vezes essa questão.

Ao cumprimentá-lo, cumprimento também todos os capitães, todos os companheiros da comunidade indígena de Mato Grosso do Sul que estão nos dando a alegria de sua presença na nossa Casa e no assunto que diretamente envolve cada um dos senhores.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Vicentinho, as sugestões V.Exa. as lê e ao final delibera sobre cada uma.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - É rápido, Sr. Presidente. É só para dizer que as sugestões do Deputado Geraldo já constam do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mas V.Exa. depois...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Por exemplo, a realização de concurso está aqui; a implantação de plano de cargo e carreira e salário. Mas acatamos e juntamos aos autos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado acreano, querido companheiro Ilderlei.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Waldir, com a palavra, pela ordem, V.Exa.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Eu só gostaria de cumprimentá-los, parabenizá-los. Eu vou falar após a palavra do Deputado Ilderlei e dos demais inscritos, mas quero comunicar que eu gostaria de apresentar um voto em separado. Não obstante reconhecer aqui os méritos do trabalho do Relator, acho que faltaram alguns pontos, e eu gostaria, então, de já comunicar que apresentarei o voto em separado, que gostaria de ler e discutir com os demais membros desta Comissão, para ver a opinião dos demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Waldir, eu já faço a inscrição de V.Exa. logo a seguir do Deputado Cleber Verde.

Deputado Ilderlei, com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - Sr. Presidente, Sra. Deputados, Sras. Deputadas, comunidades indígenas que se encontram aqui, amigos, e também visitantes. Sr. Presidente, começo, também, ao falar as minhas palavras, acrescentando as palavras dos amigos que aqui me antecederam: nada mais justo que homenagear o trabalho de todos nós. Acho que foi um grande mérito de todos ver um relatório tão bem feito, apresentando várias sugestões. Isso é o principal. Não adianta só criticarmos, se não acharmos uma solução para podermos realmente melhorar a situação daqueles que estão precisando, que são justamente os nossos irmãos indígenas, que sofrem com a principal força. O que está acontecendo? O desentendimento entre os dois setores, FUNAI e FUNASA, para poder realmente tratar a realidade dos nossos irmãos indígenas melhor.

Quero relembrar aqui a minha primeira indagação, que fiz quando se falou sobre subnutrição indígena: por que não coloca a situação da saúde indígena quando se fala em subnutrição indígena? E o nosso querido amigo Relator disse: "*Não, o tema é subnutrição indígena*". Mas, automaticamente, o tema saúde indígena vinha em seguida, porque, por onde nós passamos visitando os Estados da nossa querida Federação brasileira, vimos que automaticamente a saúde encaixava com a situação de subnutrição indígena e mostrava as dificuldades que estavam ocorrendo nesses setores.



Dessa forma, o nosso querido amigo Relator, Vicentinho Alves, foi um grande herói em ouvir as sugestões, anotar todas as dificuldades que estavam ocorrendo em todos os Estados e mostrar que essas denúncias foram justamente construtivas, para ajudar a melhorar a realidade dos nossos irmãos indígenas.

Então, quero parabenizar o nosso Deputado Vicentinho Alves pelo seu relatório.

Só quero pedir perdão porque não tive como ir a Tocantins, porque tinha uma missão, mas em todos os Estados tive a boa vontade e a dedicação de cumprir com o nosso papel de estar junto, vendo a realidade da situação indígena nos outros Estados — além do meu, pois também foram visitar o Estado do Acre.

Quero deixar aqui 2 recomendações, 2 sugestões, no depoimento. Uma é a implementação de programas permanentes de monitoramento, fiscalização e controle das ações e recursos transferidos pelo Governo Federal para as Prefeituras, visando a aprimorar a sua execução, otimizar os resultados obtidos e coibir o desperdício e o desvio de finalidades. A segunda é o estabelecimento de indicadores facilmente mensuráveis, acompanhamento e publicação sistemática dos resultados alcançados.

Quero passar a sugestão para o meu amigo Vicentinho, para que realmente nos ajude a engrandecer este relatório.

Parabéns, Vicentinho; parabéns, Presidente; e parabéns todos os nossos irmãos Deputados Federais que participam desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Ilderlei, encaminho a sugestão de V.Exa. ao Relator.

Gostaria de agradecer a V.Exa. Se V.Exa. a participação que teve, a recepção que ofereceu a esta Comissão em Cruzeiro do Sul, quando, lá no Acre, onde V.Exa. conhece tão bem a realidade indígena daquele povo, V.Exa. foi de uma gentileza, de uma solidariedade com a causa indigenista, e o espontâneo apoio de V.Exa. a este relatório nos nutre cada vez mais com a responsabilidade de poder fazer com que ele possa se transformar, com as sugestões de V.Exa., depois da manifestação do Relator, em verdadeira prática, para que possamos minimizar os problemas.

Agradeço penhoradamente a V.Exa.



Minha queridíssima Deputado Janete Rocha Pietá, com a palavra V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, parabenizá-lo por uma condução tão equilibrada, de uma forma que eu considero que, além da simpatia, V.Exa. mostrou competência e capacidade. Eu parabenizo o Presidente Arlindo por tê-lo indicado.

Parabenizo também o Deputado Vicentinho Alves como Relator, porque — infelizmente, não tive tempo de ler tudo —, pelos os aspectos que eu consegui ler com profundidade, considerarei que é um relatório, a meu ver, de grande responsabilidade, que demonstra seriedade. Também quero parabenizá-lo.

Mas eu gostaria também de parabenizar todos os Deputados que participaram e, finalmente, dizer da importância de termos aqui 18 caciques de Mato Grosso do Sul, porque isso mostra a importância. Como foi dito por um Deputado que me antecedeu, se esta CPI não teve os holofotes, tem a presença daqueles a quem mais interessa, que é a comunidade indígena.

Então, eu gostaria de ressaltar — está contido no relatório — a importância... Se esta CPI era desnutrição e morte, o objetivo e a conclusão mostram o direito à vida das crianças indígenas e, da forma como foi abordado, eu gostaria de reforçar — e aqui está contido — a importância do respeito e do direito à terra.

Emocionou-me, no fim de semana passada, estar ainda encontrando algumas tribos ou se revelando algumas tribos que estão isoladas. Acho que o relatório mostra que a sociedade brasileira tem que ter um compromisso histórico com essa população, que são os brasileiros natos. Além disso, com o direito à terra, que é uma das questões que vai ser muito polêmica no nosso plenário. Nós temos que garantir a terra à comunidade indígena, porque, com a terra, certamente, muitos problemas serão sanados.

Mas eu queria concluir mostrando o que eu considerarei um aspecto muito importante, na pág. 29: a criação da Secretaria Especial de Assuntos Indígenas, com *status* de Ministério.

Então, eu acho que... Essa proposição, eu gostaria de...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Eu gostaria de ressaltar e frisar que, a meu ver, essa questão é de suma importância, bem como a preparação técnica dos agentes de saúde para a abordagem da comunidade indígena.

Então, para concluir, eu quero agradecer e dizer que todos estão de parabéns. Mas eu gostaria de agradecer especialmente ao Presidente e ao Relator.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço à Deputada Janete, uma figura extraordinária.

E o seu rosto, Deputada, a sua cara, simboliza a defesa das minorias. E V.Exa. tem pautado o seu mandato nesse curso. E, quando V.Exa. foi chamada a esta Comissão, tornou-se disponível em todos os momentos que a Comissão precisou da palavra de V.Exa.

Em nosso nome, em nome do Relator, agradeço a V.Exa.

Deputado João Magalhães, com a palavra. Depois, Deputado Cleber Verde, Deputado Waldir e Deputado Couto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sra. Deputada, minhas palavras serão breves.

Eu quero cumprimentar não só V.Exa., Sr. Presidente, mas primeiramente V.Exa., por ser o maestro desta orquestra. Talvez tenha sido a CPI mais ordeira e mais produtiva dos meus quase 14 anos de Câmara dos Deputados. Estou no meu quarto mandato, e esta CPI foi diferente. Poucas foram as vezes que nós assistimos aqui a embates políticos. Realmente, nesta CPI viu-se a procura de se criar alternativas para melhorar principalmente não só a vida do índio, mas principalmente as suas condições de vida quase que subumanas.

E aqui eu quero propor — não li todo o relatório do Deputado Vicentinho — ao nosso Presidente Lula que, nos mesmos moldes em que ele criou uma Secretaria Especial para a Pesca, uma Secretaria Especial de Igualdade Racial, entre outras, que ele crie também uma Secretaria Especial, nos mesmos moldes, para cuidar especificamente da questão indígena. Acabar com esse negócio de FUNAI, de um ficar empurrando o problema para cima do outro, e criar uma Secretaria Especial para cuidar especificamente do assunto indígena.



E aqui também quero deixar o nosso apreço e a nossa consideração pelo nosso Presidente da FUNASA, Dr. Danilo Forte, porque, pela primeira vez, um Presidente da FUNASA tem procurado amenizar a situação, tem procurado, junto com os outros órgãos, soluções específicas importantes para solucionar essa questão, principalmente essa questão que já virou uma vergonha, que é essa questão dessas ONGs, que tanto dinheiro levam e pouco resultado produzem para essa questão indígena.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado João Magalhães, eu gostaria de agradecer a V.Exa. Foi a experiência de 4 mandatos que, talvez, fez com que esta Comissão o indicasse como Primeiro Vice-Presidente, até para fortalecer o inexperiente Presidente em primeiro mandato. E V.Exa. sempre foi aquele Deputado disponível, pronto para atuar no exercício da Presidência, como fez várias vezes ao longo dessas últimas 20 reuniões que tivemos.

V.Exa. ressalta a criação da Secretaria, que ganha corpo com as palavras de Janete, como o relatório de Vicentinho, e torna-se algo bastante palpável.

Deputado Luiz Couto, antes da intervenção, V.Exa. tem a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria propor que nós votássemos o relatório, porque aí, depois, teremos tempo bastante para fazer os elogios.

Também quero dizer da importância que tem e dos destaques que deverão ser votados e as sugestões que o Relator poderá acatar. Acatando, não há problema nenhum. Seria como que um complemento.

É importante que seja este o momento, porque nós tivemos contribuições de várias mãos. E queria parabenizar o Vicentinho, porque ele conseguiu captar isso aqui. E V.Exa., aqui, que fez com que as divergências que poderiam existir e até para querer desviar um pouco, no momento oportuno, pegando para que nós pudéssemos aprofundar e investigar o que era a razão desta CPI. Não apenas de verificar um fato que aconteceu, mas apresentar de propostas, para que isso pudesse acontecer.

E nós sabemos que, aqui, tanto o Dr. Danilo, da FUNASA, como o Dr. Márcio Meira, da FUNAI, contribuíram muito com informações, sem qualquer receio de



colocar a realidade, de pedir a esta CPI que pudesse ajudar, na perspectiva de encontrar uma saída para o enfrentamento dessa questão.

Então, a minha proposta é que nós votemos o texto do relatório. Uma vez que era discussão e votação do relatório final, nós votássemos esse texto, e depois nós abríamos para os Deputados que queiram fazer suas observações, uma vez que o que nós verificamos é que não há nada com relação ao relatório, para modificar; é mais elogio à Presidência, ao Relator e ao encaminhamento. Que nós votássemos agora, inclusive porque eu quero votar, como suplente, porque tenho ainda uma outra CPI aí, a da Escuta Telefônica, a que tenho que estar presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Luiz Couto, apenas agradecer a V.Exa — vou colocar a sua proposta em discussão e votação pelo Plenário — porque V.Exa. foi muito importante nesta Comissão, não apenas pela sua presença, mas também por causa do relatório que produziu numa Comissão Externa que V.Exa. presidiu e na Presidência da Comissão de Direitos Humanos. V.Exa. teve uma participação importante e consta do relatório. Grande parte do relatório de V.Exa. o Relator Vicentinho encampou como contribuição a este relatório.

O Deputado Luiz Couto propõe que votemos o relatório e continuemos abertos para as sugestões, os destaques. Nós temos um voto em separado do Deputado Waldir, que vai defender a sua posição.

Eu consulto ao Plenário se apóia a iniciativa do Deputado Couto.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente, nós não estamos, neste momento, discutindo o relatório? Não seria prudente que todos pudessem manifestar a sua opinião antes de a gente fazer a votação? Sobre o relatório, tenho certeza de que os Deputados que haverão de falar com certeza falarão com base no relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado, eu vou atender a V.Exa. e vou consultar o Deputado Cleber, o Deputado Waldir e não consulto mais o Deputado Luiz Couto, porque foi o autor da propositura, se desejam continuar discutindo o relatório, para que nós possamos votá-lo.

Deputado Cleber.





**O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE** - Sr. Presidente, tem só mais 2 inscritos, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Temos 2 inscritos só: Cleber e Waldir.

**O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE** - Eu acho que conclui rapidamente. A minha fala, inclusive se V.Exa. me permite, já começa breve. Eu não vou me alongar muito, até porque já fui contemplado aqui pelos meus antecessores.

Queria, aqui, falar da importância do relatório, principalmente por atender a todos os Estados, principalmente ao Maranhão, que foi deficitário. Nós temos consciência de que, quando estivemos no Maranhão, em Imperatriz, identificamos, lamentavelmente, que há uma deficiência grande na aplicação de vários programas. Inclusive o SISVAN é um dos tais, infelizmente, por não ter contemplado e atendido.

Quero dizer da importância, principalmente, de uma sugestão que acredito que saiu aqui do nobre Deputado Luiz Couto e foi acolhida pelo Relator, de que nós apresentássemos, como sugestão, a criação de uma Comissão Especial lá na Comissão de Direitos Humanos pra continuar discutindo o tema. Enfim, está no relatório; é uma sugestão. E tenho certeza de que a Comissão de Direitos Humanos vai fazer a acolhida. E, dessa Comissão de Direitos Humanos, tem 4 membros aqui presentes, não é?

Então, eu tenho certeza que este relatório ele vai ser extremamente eficaz na atenção da saúde indígena, como sugestão para a FUNASA, como sugestão para a FUNAI, enfim, como sugestão de Governo para atender àqueles que realmente mais precisam, que são as comunidades indígenas do nosso País.

Portanto, era isso, Sr. Presidente. Quero parabenizar o nobre Relator, parabenizar o Presidente e, enfim, todos aqueles que ajudaram a condensar esse trabalho tão bem elaborado desse relatório.

Parabéns, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Cleber, a sugestão de V.Exa. já está no relatório que vai ser encaminhado à Presidência da Casa: para que, dentro da Comissão de Direitos Humanos, haja presente e permanente uma Comissão Especial de Causas Indígenas.



Como último orador inscrito, o eminente e querido Deputado Waldir Neves, autor do pedido de instalação desta CPI.

E eu cumprimento o Deputado Biffi, a quem falei agora há pouco a esse respeito. A sua presença proteína muito a nossa Comissão, como sempre, Deputado Biffi.

Deputado Waldir, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente, certamente eu quero iniciando agradecer a forma cavalheiresca, cortês, que V.Exa. cumpriu o papel de Presidente; o Relator; os demais membros, mas eu quero crer que nós estamos discutindo, neste momento, o relatório. E aí eu gostaria, então, de apresentar essa nossa sugestão, tendo em vista que há alguns pontos aqui que, não obstante reconhecer o trabalho do Relator Vicentinho, aliás pessoa muito querida, mas tem alguns pontos aqui — e a gente está aqui discutindo encaminhamento — de que nós discordamos. Falo de alguns pontos que eu entendo que não foram contemplados.

Então, dessa forma, o primeiro ponto, por exemplo, é importante lembrarmos aqui que esta CPI, mesmo tendo atendido a todos os preceitos legais, só foi instalada mediante uma decisão judicial. Havia realmente uma dificuldade da Mesa da Casa em instalar esta CPI. E, se não fosse uma decisão judicial — nós tivemos que entrar na Justiça para conseguir, e isso não está contido no relatório, por exemplo —, nós não teríamos a instalação desta CPI.

Indiscutivelmente, ela teve um papel importante, mas poderia ter sido muito mais abrangente. O relatório apresentado pelo Relator, Deputado Vicentinho Alves, muito apropriadamente apresenta, na primeira página, uma citação da fábula do beija-flor, que leva gotinhas de água em seu bico, na tentativa de apagar o incêndio na floresta. Diante da tragédia da morte de crianças índias de fome, qualquer iniciativa pode ser comparada à do beija-flor tentando apagar o incêndio na floresta. Mas as dificuldades não podem ser utilizadas como justificativa para que cada instância de Poder e cada autoridade pública deixa de fazer a sua parte para a solução de problema de tamanha magnitude.

O Relatório da Anistia Internacional divulgado em 2004, sob o título “Estrangeiros em nosso Próprio País: Povos Indígenas do Brasil”, atribuiu ao Governo Federal a responsabilidade pelo aumento de mortes entre populações



indígenas. Os índices revelados pelo estudo impressionam porque contrariam a tendência natural de que a morte ocorra na terceira idade e ainda o aumento da longevidade da população brasileira, conforme mostrou o último censo do IBGE.

Segundo esse relatório da Anistia Internacional, em 2003, de cada 5 índios que morriam, 1 não havia completado 12 meses. Foram 458 bebês, exatos 21,9%. Num universo maior, de crianças de até 5 anos, os números são ainda mais assustadores: em 3 regiões — Sul, Centro-Oeste e Norte — morrem mais crianças com menos de 5 anos do que índios adultos com mais de 65. Em 2004, a proporção caiu, mas, mesmo assim, mantendo-se índices considerados muito altos: 47,7% dos bebês (fonte: Anistia Internacional).

Segundo nota divulgada pelo CIMI em março de 2006, com o título: “Saúde Indígena: uma Realidade de Abandono”, os principais fatores que levaram à situação de abandono das populações indígenas foram o esvaziamento da política de saúde, que vinha sendo estruturada com a participação dos povos indígenas, entidades indigenistas e universidades, desde os anos 80, e começava a se consolidar através da implantação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, iniciada em 99.

Esse subsistema tem por base os distritos sanitários especiais indígenas, e os graves retrocessos do processo iniciado para a consolidação do subsistema começaram em 2004, com a publicação da Portaria nº 70, assinada pelo Presidente da FUNASA. Essa portaria acabou com a pouca autonomia administrativa conquistada pelos distritos, passando toda a responsabilidade para as coordenações regionais do órgão. Foi também revogado o dispositivo que determinava que as indicações para as coordenações regionais das chefias dos distritos deveriam ser apenas de técnicos do Ministério da Saúde, dando início, assim, a um loteamento político sem precedentes da gestão da Saúde no País. Cabe ressaltar que boa parte dessas indicações políticas atendem a interesses de grupos políticos, ficando demonstrado que as indicações a cargos de chefia da FUNASA dependem dos ventos da governabilidade conjuntural.

O balanço da política indigenista no ano de 2007, realizado pelo CIMI, Conselho Indigenista, entre outros pontos constatou que o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, carro-chefe do segundo mandato do Governo do



Presidente Lula, é constituído por diversas obras de infra-estrutura, entre essas, hidrelétricas e estradas, que atingem pelo menos 2001 territórios e ameaçam a vida de comunidades indígenas, inclusive de 21 povos em situação de isolamento, nunca contatados pela sociedade nacional.

Nos últimos 3 anos, dezenas de crianças índias morreram por subnutrição no Mato Grosso do Sul, e agora, uma crise em Roraima, na Reserva Raposa do Sol, beira a guerra civil.

As datas e fatos descritos pelo Relator na introdução do seu Relatório, à pág. 10, descrevem como a CPI foi proposta e as dificuldades para a sua instalação. Apresentado o requerimento em 29 de maio de 2007, foi efetivamente instalada em 19 de dezembro, depois que, no dia 5 de dezembro de 2007, requeremos o mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal para que fossem determinados, primeiro, a imediata instalação; segundo, o efetivo funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito requerida.

O Relatório do Relator descreve, às pág. 27 a 37, as atividades prévias do Legislativo relacionadas ao tema de CPI, em que se destacam: a CPI da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, também de 2005, presidida pelo Deputado Estadual Maurício Picarelli e relatada pela Sra. Bela Barros, também fez um diagnóstico preciso da situação, apresentou sugestões e propostas de encaminhamento de soluções. Em 10 de maio de 2007, foi realizada audiência pública conjunta na Câmara dos Deputados (CATDR e CDHM), com a presença de órgãos públicos e ONGs indigenistas, que também discutiram o problema. Em 31 de agosto de 2007, foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados uma audiência pública em Dourados, MS, com a participação dos Legislativos Federal, Estadual e Municipal, representantes das populações indígenas, órgãos públicos, entidades indigenistas, OAB, entre outros. Essa audiência resultou em inúmeras providências.

Como podemos verificar do Relatório, os resultados da CPI não avançaram significativamente em relação às iniciativas anteriores. Os maiores avanços aconteceram através das diligências e audiências realizadas em vários Estados, as quais comprovaram que a subnutrição e os problemas de saúde das populações indígenas não ocorrem apenas em Mato Grosso do Sul, mas são generalizados, e



também que existem problemas gerenciais não apenas nos principais órgãos ligados ao setor — FUNASA e FUNAI —, como também insuficiência de trabalho conjunto e integrado entre eles.

O Relatório Final da CPI da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul sobre desnutrição e mortalidade indígena já afirmava sobre a FUNAI — e é uma coisa estarrecedora: *“Gasta-se muito mais em atividade meio, em detrimento da atividade fim”*.

Realmente, a análise dos dados orçamentários — pasmem os senhores! — de 2007, da FUNAI, do SIAFI, demonstra que dos recursos totais gastos pelo órgão — prestem atenção, Srs. Parlamentares, como é estarrecedor! —, 248 milhões, 75%, foram destinados às atividades meio, ou seja, 186 milhões, e apenas 25%, 62 milhões, para as atividades fim.

Portanto, há, aí, um total desvio de finalidade da FUNAI. Essa é uma coisa que não pode apenas ficar demonstrada em relatório; nós temos que tomar uma decisão mais firme, mais contundente.

A base de apoio do Governo na CPI rejeitou — ou obstruiu a votação — praticamente todos os requerimentos da Oposição que significassem uma apuração mais significativa e aprofundada, tais como a requisição de documentos da Polícia Federal, da Operação Metástase e outros, e de inúmeros requerimentos de convocação de ex-dirigentes da FUNASA que nós apresentamos, e infelizmente não tivemos êxito. Merece destaque o fato de o depoimento do atual Presidente do órgão ter sido encerrado sem questionamentos, em função do início da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, e não mais retomado, ou seja, não pudemos elucidar as dúvidas que outrora aconteceram, que surgiram durante as nossas diligências.

As denúncias de possíveis irregularidades nos usos dos recursos, em especial na FUNASA, configuram-se também na impossibilidade de avançar nas investigações já iniciadas pelo Tribunal de Contas da União sobre os indícios de mau uso de recursos públicos no setor citado no Relatório, às págs. 38 a 44. Em que pesem a importância e a qualidade dos trabalhos do TCU, esta Comissão não aprovou nenhum requerimento que pudesse ampliar as apurações inerentes ao exercício dos poderes próprios das autoridades judiciais da CPI.



Não ficou claro no Relatório, Sr. Presidente, demais membros, a indicação de que as principais causas da mortalidade de crianças índias é a insuficiência de políticas públicas relacionadas à demarcação de terras indígenas e à efetiva garantia de seus direitos territoriais. Trecho da pág. 109 do Relatório do nosso querido Vicentinho indica a insuficiência de políticas públicas para a garantia dos direitos das populações indígenas:

*“Associado a esse cenário, está o elevado crescimento da população indígena que, em média, é 6 vezes maior do que a população não índia brasileira, questão que merece uma atenção especial do Poder Público. Há uma profusão de crianças e jovens nas aldeias a demandar políticas públicas específicas que lhes garanta ter uma perspectiva de vida melhor”.*

Como disse aqui o cacique que veio falar comigo, quando estão no Centrinho, nas Casas de Saúde, eles recebem um atendimento completo, mas, quando saem dali e vão para suas residências, nas aldeias, eles começam a padecer do mesmo problema, porque não têm uma perspectiva, não têm políticas, efetivamente, que lhes dê uma condição de vida melhor, com emprego e garantia de vida.

O depoimento da Procuradora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, em 25/03/2008, indica como causas, além da insuficiência de políticas públicas, a irregularidade da gestão no setor:

*“A SRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO - Vou começar pelo final, porque acho que fica mais fácil” —, falou a Procuradora — “se vocês me permitem. Eu não conheço, volto a dizer, na região Norte, quadro grave de desnutrição. A não ser quando o território está, de alguma maneira, comprometido, como é o caso de índios cinta-larga, que têm aquele problema da mina de diamantes. E ali, apesar da riqueza que a mina gera, há um quadro de desnutrição das crianças. Agora temos, sim, graves... mais do que graves denúncias, já apurações de fatos graves, envolvendo a prestação de*



*saúde aos povos indígenas. Os senhores se recordam de que nós tivemos uma operação policial em Roraima, que resultou na prisão do administrador regional, envolvendo também conveniadas. Houve uma determinação. O Ministério Público Federal tinha encaminhado um pedido ao TCU para averiguação do convênio que existia para a prestação de saúde aos ianomâmis. O TCU auditou convênio, apontou as falhas, multou os administradores. Esse convênio foi desfeito. No Amazonas, há um inquérito policial com relação ao coordenado regional da FUNASA anterior. O de Roraima chegou a ser preso. O do Amazonas também há um inquérito policial com relação ao Coordenador Regional da FUNASA anterior. O de Roraima chegou a ser preso; o do Amazonas também está respondendo a inquérito policial, inclusive por formação de quadrilha. Houve convênios também aditados com problemas.*

*Na atualidade, nós não temos, até hoje, um quadro geral dos convênios. Mas, nesse meio tempo, o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação e obteve uma antecipação de tutela, que é uma medida provisória para que a FUNASA, até 2010, salvo engano, acabe com essa figura do convênio e assuma diretamente a prestação da saúde indígena.*

*Havia ainda uma determinação de natureza cautelar para que não pudesse ser aditado ou realizado qualquer novo convênio desde dezembro de 2007, que foi quando a decisão foi proferida. Isso gerou um problema muito grave, porque nós sabemos que essa figura do convênio é absolutamente incompatível com um serviço de natureza essencial e permanente, como é a prestação à saúde.*



*Mas, por outro lado, toda a saúde indígena hoje, na atualidade, é atendida sob a forma de convênio. De modo que, se nós acabarmos imediatamente com a figura do convênio, estaremos condenando esses povos à morte, porque não temos médicos em aldeias. É muito difícil ter servidores públicos para a prestação da saúde. Uma equipe de saúde formada por servidores públicos...*

*Então, houve uma reunião em que nós chamamos o Ministério Público do Trabalho e a FUNASA de modo que fosse proposto ao juiz um acordo em que a FUNASA ia se livrar dos convênios de forma escalonada. Para isso foi preciso chamar também o Ministério do Planejamento, porque é preciso que a instituição tenha um quadro de carreira e profissionais que se habilitem a prestar esse serviço diretamente, então é preciso que se reestruture a FUNAI.*

*Eu não vou dizer que todas estejam sendo apuradas, mas nós temos investigações a respeito da atuação da FUNASA em praticamente todos os lugares. Eu disse há pouco — não sei se o senhor estava presente — que nós tivemos inclusive operações policiais, junto, inclusive, com a Controladoria-Geral da União, o que resultou já em prisão de administradores (ininteligível) inquérito policial.*

*Temos, ao lado das investigações policiais, investigações a respeito da eficácia da prestação dessa política. Realmente, o quadro dos senhores está dizendo que se pode constatar que houve uma avanço da mortalidade infantil. Agora eu diria que esses dados são tão poucos confiáveis porque, na verdade, nós não sabemos o que se passa porque não temos dados, não temos informações — fecham-se aspas.*





*Destacamos ainda o não-encaminhamento de documentos requeridos à CPI, em especial sobre mortalidade infantil indígena em 2007. Em divergência entre os dados apresentados à Comissão, o próprio Relator ressaltou essa dificuldade na página 189, em suas conclusões. Constatou-se certa dificuldade na obtenção de dados provenientes do Sistema de Informação de Saúde Indígena. A FUNASA informou que os dados são divulgados anualmente, e manifestou preocupação com o sigilo devido ao preconceito contra minorias, indicando que os interessados devem dirigir-se à FUNASA, fundamentando a finalidade e a necessidade de informações. Essa posição dificulta a necessária transparência indispensável ao controle social.*

*Finalizando, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, em depoimento à CPI em 5 de março de 2008, o Presidente da FUNASA, Francisco Danilo Forte, afirmou que as mortes de crianças indígenas por desnutrição caíram cerca de 70% desde o início da execução da Política Nacional de Saúde Indígena, em 2004. Entretanto, dados apresentados pela FUNASA em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados em 2007, a que nos referimos anteriormente, indicam uma queda da mortalidade infantil indígena acentuada no período de 1998 a 2001, e, de 2002 a 2004, pequenas reduções.*

*Entre as recomendações do Relator, sugerimos a inclusão, Sr. Presidente, de solicitação de auditoria do TCU nos gastos da FUNASA, bem como a apuração pelo Ministério Público Federal das denúncias de irregularidades não investigadas por esta Comissão. Indicamos também a necessidade de produção dos*



*possíveis indiciamentos dos responsáveis pelas mortes por subnutrição e fome das crianças índias, não indicadas no relatório final da CPI, haja vista que essas crianças morreram em consequência de fatores que tiveram a responsabilidade de algumas pessoas que ocupavam funções públicas. Então, o que a gente vê são apenas menções, mas não punições. As crianças não morreram por acaso: houve fatos, desvios que nós constatamos, e essas mortes não podem passar impunes, para que nunca mais isso venha a acontecer.*

*Não indicadas no relatório final da CPI, o qual, em suas genéricas conclusões, parece imputar às crianças índias, vitimadas pela subnutrição e pela fome, a responsabilidade por suas próprias mortes, sem atentar para as falhas e omissão das políticas governamentais na área”.*

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Recebo o voto de V.Exa. — já havia recebido — peço apenas esta cópia para V.Exa. assinar. Acosto aos autos. Haverá de ser publicado, e as providências regimentais de praxe.

Encerrada a discussão do relatório final, passo...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, só para uma informação. Não tem nenhum destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não há nenhum destaque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, nós votamos o relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O relatório, exatamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E o voto em separado é o voto do Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Do Deputado Waldir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas ele não faz parte do relatório.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não, ele não fará parte do relatório. Ele vai aos autos, junto aos autos, em separado.

Em votação. Vamos dar início à votação do relatório final.

Declaro encerrado o prazo para a apresentação dos destaques. Para encaminhar a votação do relatório, falarão 4 Deputados.

Alguém quer encaminhar a votação do relatório? Não? Já houve encaminhamento do Deputado José Guimarães.

Em votação o relatório final do Deputado Vicentinho Alves.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como estão. Aqueles que divergirem levantem a mão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório por maioria, contra o voto do Deputado Waldir.

Senhoras e senhores, nos termos do § 3º do art. 97 do Regimento Interno, suspendo os trabalhos para a elaboração da ata da presente reunião.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, antes de suspender, uma sugestão ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado, faça a sugestão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Em função da aprovação do relatório, sugiro que V.Exa. e o Relator marcassem uma audiência com o Presidente da Câmara para que nós, toda a Comissão, entregássemos, oficialmente, a S.Exa. o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Responsabilidade minha, Deputado, esta, da Presidência. Acato e deveremos marcar na próxima semana uma visita oficial da Comissão ao Sr. Presidente, entregando relatório para as providências cabíveis.

Nós temos que suspender para a discussão da ata. Se V.Exas. aprovam a ata que virá, com os adendos necessários, permaneçam como estão, para que nós possamos encerrar a reunião.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Sr. Presidente, eu só gostaria de saber se já foi encaminhado a V.Exa. o relatório dos 18 caciques.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Já, já.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Já.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Já chegou e eu me penitencio.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Eu gostaria que o senhor registrasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu me penitencio com os caciques e com V.Exa. para dizer que recebi relatório assinado pelos senhores caciques a respeito de...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - O Adão Irapuitã, eu solicito a V.Exa., se possível, que ele visse aqui e nos entregasse esse documento. Que nós déssemos essa oportunidade a ele, porque eu acho que é de suma importância.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - De suma importância.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Porque ele traz um documento que é redigido e assinado por todos os caciques lá do Mato Grosso do Sul...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu vou só...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - ...das etnias guaranis, kaiwás e terenas.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, corroborando a intervenção do nobre Relator, eu gostaria que V.Exa. pudesse fazer um favor às lideranças que estão aqui, que há 3 dias encontram-se em Brasília para falar com o Presidente da FUNAI e não têm conseguido. Reportaram-me, há pouco, que estão dormindo nos corredores do próprio prédio da FUNAI sem serem atendidos. Se V.Exa., como Presidente de uma CPI, que hoje está terminando, pudesse fazer todos os encaminhamentos para que eles sejam atendidos pelo Presidente da FUNAI, seria uma importante vitória deles, porque eles têm um documento para entregar em mãos ao Presidente da FUNAI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Só votar. Deputado Geraldo, eu recebo e recolho tanto a manifestação de V.Exa. quando a do Deputado Vicentinho, administrativamente, para não ter nenhum tipo de lapso nesta Comissão.



Em discussão a ata desta reunião. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata desta reunião.

Recebo, em nome de todos os caciques que compõem esta comitiva, e quero citá-los, nominalmente: Renan de Souza, Renato de Souza, Lucas Paiva, Diógenes Agarra Vera Gonçalves, Chatalin Bentes, Sebastião Romero, Nelson Castelão, Bráulio Franco, Jerônimo Nunes, Jonas Batista, Lincon Nelson, Anísio Gomes, Valmir Carbeira Gonçalves, Araújo Frossat Nelson, Romão Vilalva, Gildo Martins e Nilton Nelson, representando as diversas aldeias e etnias. Vamos fazê-lo neste momento. Recebo oficialmente o recibo para...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Sr. Presidente, só solicitar de V.Exa., como Presidente desta Comissão, com apoio, naturalmente, da unanimidade dos Parlamentares, que V.Exa. interceda junto ao Presidente da FUNAI — eu já tentei e não consegui — que ele receba esses caciques, esse líderes em uma audiência pacífica, ordeira naturalmente, quando eles vão apresentar uma reivindicação de todas as lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Solicito à Secretaria da Comissão para tomar as providências necessárias no sentido de intervir junto à FUNAI para essa deliberação.

Senhoras e senhores, não há momento mais oportuno de encerrar os trabalhos desta Comissão senão recebendo aqui esses brasileiros que resumem o objeto do nosso trabalho, a nossa dedicação e o nosso esforço. Não há coincidência. Para mim, a força superior que trouxe vocês aqui para uma situação fez com que os senhores caciques acompanhassem o resultado final desta reunião. Por isso, encerro a Comissão, agradecendo penhoradamente a cada um dos senhores, em nome do meu queridíssimo Deputado Vicentinho Alves, a aprovação quase que por unanimidade. O relatório de V.Exa., Deputado Vicentinho Alves, mostra todo o trabalho, toda a abnegação, todo o valor que V.Exa. deu à causa. V.Exa. hoje entrará na história indigenista nacional como homem que pôde contribuir para que os índios deste País, mais de 1 milhão deles, possam ter a justiça social e divina.



Encerro esta reunião, com a graça de Deus, agradecendo aos senhores com uma reza da comunidade indígena, que veio aqui para abrilhantar esse evento.

Agradeço aos senhores, e fiquem com Deus.

Muito obrigado.